



Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Fundado em 1º de maio de 1917 - Ano 98 - Edição nº 152 - junho de 2015

Indústria



SETOR NAVAL VIVE MOMENTO DE APREENSÃO E EXPECTATIVA NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

Após uma grande melhora a partir de 2003, com a eleição de Lula, a indústria naval volta a viver um momento de apreensão e expectativa em relação ao seu futuro. Se nos anos de FHC esse setor praticamente fechou, agora se encontrava renovado com cerca de 70 mil trabalhadores empregados.

O Programa de Valorização e Expansão da Frota (Promef), do governo federal, através das encomendas, reacendeu o setor através de encomendas. A descoberta do pré-sal também animou a todos, empresários, governo e trabalhadores. Da mesma forma, o conteúdo nacional garante os empregos e, conseqüentemente, o desenvolvimento desta indústria.

Entretanto, os recentes escândalos de corrupção envolvendo funcionários da Petrobrás e de empreiteiras estão fazendo com que o setor volte a viver de incertezas. Algumas obras estão atrasadas e a Petrobrás não tem feito os repasses. Além disso, não estão sendo feitas novas encomendas. Isso faz com que os estaleiros demitam em todo o Brasil. Isso é realidade no Enseada (RJ) e em outros estados. Sermetal e Rio Nave encontram-se fechados. E o Eisa também passa por dificuldades.



Tudo isso tem recaído nas costas dos trabalhadores, que estão sendo demitidos diariamente. Para o Sindicato, é preciso dar um basta na corrupção, julgar e punir os envolvidos. Porém, manter a indústria aberta, com participação da Petrobrás, para gerar emprego e desenvolvimento. Uma boa notícia vem da reunião entre Brasil e China. Entre os acordos divulgados, os chineses querem investir e fazer parcerias com os estaleiros brasileiros. Isso pode ajudar neste momento de dificuldades da indústria naval.

Recentemente, a presidente Dilma disse que “a recuperação da indústria naval é a história de uma decisão política”. Pois é isso que esperamos ver. O momento tem de ser o de planejar novas encomendas para manter os estaleiros em operação, ampliar a produtividade e manter os empregos.

Empresas não respeitam direitos dos trabalhadores

Os problemas causados por conta da Operação Lava Jato, que tem atingido diretamente os metalúrgicos do Rio de Janeiro, tem sido usado como pretexto pelas empresas para o não pagamento de todos os direitos dos trabalhadores. O Sindimetal-RJ repudia essa forma de agir das empresas, que além de demitir não honra com todos os compromissos com os trabalhadores.

São milhares de demissões no setor naval. No Sindicato, são dezenas de homologações diariamente. Porém, mesmo após ter trabalhado exaustivamente, o funcionário ainda precisa lutar pelos seus direitos. Empresas como EBE, Ebse, Sermetal, Rio Nave, entre outras, não têm pago tudo o que é devido. Algumas vezes o trabalhador tem recebido apenas o FGTS, aguardando outros direitos a receber.

Os problemas atuais das empresas não podem ser usados para não pagar os trabalhadores. Estes têm o direito de receber suas rescisões na integralidade, da forma como determina a lei trabalhista.

Dizemos não à **terceirização** e a quem defende este projeto

O PL 4330, que no momento se encontra no Senado como PLC 30, é um ataque direto aos trabalhadores e na prática significa o fim da CLT. Com o pretexto de regulamentar a terceirização, na verdade se consolida a precarização e a retirada de direitos duramente conquistados.

No caso de a terceirizada não pagar suas obrigações trabalhistas, o projeto determina a responsabilidade subsidiária da contratante. Isso significa que ela só poderá ser acionada na Justiça depois de encerradas todas as possibilidades de cobrança da terceirizada. Com salários baixos, alta rotatividade, jornada extensa e pouco treinamento entre os empregados, os serviços prestados pelas terceirizadas em geral são de baixa qualidade.

De cada dez acidentes de trabalho, oito envolvem funcionários de terceiras. O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese. Terceirizados trabalham, em média, 3 horas a mais por semana do que contratados diretamente. Os terceirizados são os empregados que mais sofrem acidentes. Na Petrobrás, mais de 80% dos mortos em serviço entre 1995 e 2013 eram subcontratados.

O Sindicato rejeita o PL 4330. **Veja abaixo os deputados federais do Rio de Janeiro que aprovaram este projeto.** Vamos denunciar e lutar para que agora os senadores recusem o projeto. Nenhum voto para quem não nos representa.



DEM - Rodrigo Maia



PMDB - Celso Jacob



PMDB - Celso Pansera



PRB - Roberto Sales



PRB - Rosângela Gomes



PROS - Hugo Leal



PMDB - Fernando Jordão



PMDB - Leonardo Picciani



PMDB - Marquinhos Mendes



PRP - Alexandre Valle



PSD - Alexandre Serfiotis



PSD - Sergio Zveiter



PMDB - Soraya Santos



PMDB - Washington Reis



PMDB - Eduardo Cunha



PSDB - Otavio Leite



PSDC - Luiz Carlos Ramos



PTB - Walney Rocha



PP - Julio Lopes



PP - Simão Sessim



PR - Altineu Côrtes



SOLIDARIEDADE - Aureo



SOLIDARIEDADE - Ezaquiel Teixeira



PR - Dr. João



PR - Francisco Floriano



PR - Paulo Feijó

Enseada desconsidera acidentes

O Sindicato recebeu a denúncia de que o Enseada tem se negado a fazer as CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho) para trabalhadores que se acidentam na empresa. Os funcionários também reclamam que o estaleiro não respeita a estabilidade de mulheres grávidas, além da falta de ônibus e o curto tempo de almoço.

PLR 2014/2015 - Ficou definido o pagamento de 50% do valor devido para os funcionários em atividade no dia 28/05 e o restante no dia 25/06. Para os demitidos, será 50% no dia 27/07 e o restante no dia 25/08.

Sobre a colocação da **CID** no atestado médico do Eisa

O Eisa tem adotado a prática de colocar a Classificação Internacional de Doença (CID) no atestado médico. Segundo resolução do Conselho Federal de Medicina, a CID apenas poderá ser colocado pelo médico no atestado emitido com a autorização do paciente.

Alegações de que a exigência do CID busca proteger a saúde do empregado não se mostra razoável. O programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e o de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) têm importante função na busca para garantir a saúde do empregado. Logo, não se justifica a conduta de algumas empresas. Há de se destacar os atestados apresentados, para fins de abonos de faltas, que contêm regulamentação própria, conforme resolução do CFM, não podendo ser recusados.

Eisa demite - O Eisa continua demitindo trabalhador por justa causa, o que o Sindicato repudia. Não vamos admitir isso e realizaremos ações no sentido de eliminar essas práticas no setor naval. Estamos de olho!!!